

Ajuda Memória - Acompanhamento Progestão nº 18/2019/COAPP/SAS

Documento nº 02500.043331/2019-47

Em 26 de junho de 2019.

Assunto: Acompanhamento das metas do Progestão no estado de Santa Catarina no ano de 2018.
Nº do Processo Progestão: 02501.000772/2013-59
Evento: <input type="checkbox"/> Oficina de acompanhamento <input type="checkbox"/> Reunião <input checked="" type="checkbox"/> Videoconferência
Data da Videoconferência: 13/12/2018
Instituições participantes: DRHI/SDS e ANA

Relato

1. Este Relato abrange os aspectos relevantes do acompanhamento, ao longo do ano de 2018, do Contrato ANA nº 026/2014 com o estado de Santa Catarina, no âmbito do programa Progestão. Foram realizadas diversas interações pontuais por contato telefônico ou troca de mensagens eletrônicas, sendo a principal por videoconferência, realizada em 13 de dezembro de 2018, com participação de técnicos da DRHI/SDS e, pela ANA, Agustin Trigo e Ludmila Rodrigues.

2. A reunião tratou, detalhada e individualmente, de todas as metas previstas para o 5º e último período de implementação do primeiro ciclo do programa, o ano de 2018, sendo que as informações acerca da situação atual do estado em relação aos encaminhamentos, à perspectiva de cumprimento das metas e encaminhamentos encontram-se registrados no quadro anexo dessa Memória.

3. Além dos aspectos especificamente vinculados ao cumprimento das metas do período, foi também discutida a perspectiva de adesão do estado ao Segundo Ciclo do Progestão, com a assinatura de novo contrato no ano de 2019. A DRHI/SDS-SC sinalizou interesse em continuar com a parceria e, levando-se em conta os elementos disponíveis a respeito da próxima gestão, há boas perspectivas para que seja firmado novo contrato.

4. A seguir procedemos à discussão dos elementos colhidos acerca da situação das metas de cooperação federativa:

Meta I.1 – Integração das bases cadastrais: a COCAD/ANA considerou que o estado atingiu um percentual de cumprimento em 99,5% nesta meta em 2017. Para 2018 deverão ser cadastrados 80% dos usuários regularizados até 2017 e o total de 2018. Estando atualmente mais familiarizada com o processo no CNARH, a equipe tem agilizado o cadastro das outorgas novas e do passivo em sua quase integralidade, com expectativas de atingimento integral dessa meta em 2018.

Meta I.2 – Compartilhamento de dados de água subterrânea: a COSUB/ANA considerou que esta meta foi totalmente descumprida em 2016, devido às dúvidas sobre o preenchimento dos campos complementares de poços. Após contatos por mensagens e uma reunião com a presença da técnica da COSUB, Lefícia Moraes, responsável pelo acompanhamento dessa meta, foram sanadas as dúvidas quanto aos procedimentos de



inserção dos dados junto ao CNARH. Desse modo, com o alinhamento da compreensão dos procedimentos de alimentação do banco de dados por parte da DRHI/SDS, há perspectiva de melhor desempenho e bom atendimento dessa meta em 2018.

Meta 1.3 – Relatório do Conjuntura: os dados do estado para o Informe Conjuntura foram enviados em 14/11/2018. O estado assinou o contrato com o programa Qualiágua em 2018 e, como ainda não foi implementado o monitoramento qualitativo, não houve dados de qualidade a serem enviados.

Meta 1.4 – Prevenção de eventos hidrológicos críticos: conforme planilha anexa do Gestor PCD, as estações vinculadas à rede nacional de monitoramento, apresentaram, em 2018, média mensal do ITD próxima a 80%. Também será avaliada a produção e publicação dos boletins diários, que corresponde aos outros 50% dessa meta. Observa-se que os boletins são emitidos pela EPAGRI, empresa estadual encarregada de manter e coletar os dados da rede de monitoramento hidrológico, a qual em anos anteriores vinha recebendo repasses de recursos do Banco Mundial para apoio à manutenção e operação da rede, cujo contrato com o estado se encerrou em 2018, o que implicou na interrupção desse repasse. No entanto, por meio do Contrato nº 073/2016, prorrogado pelo 2º Termo Aditivo até dezembro de 2019, a ANA repassa recursos à EPAGRI para a operação e manutenção de estações hidrometeorológicas convencionais e telemétricas situadas no litoral do estado. Cabe destacar que, no ano de 2019, está previsto repasse no valor de R\$ 1,7 milhões.

Meta 1.5 – Atuação em segurança de barragens: há dificuldades do estado em obter, da empresa contratada para o levantamento das barragens, os dados para inserção no SNISB, o que deve resultar em descontos na pontuação dessa meta. O início dos serviços de levantamento e cadastro de cerca de 71 barragens do estado (não incluídas as CGHs, com potencial de geração de energia até 3 MW), previsto para 2017, sofreu atrasos devido à contestação da licitação, que teve que ser retificada. Essa contratação foi finalmente efetivada em 2018, a um custo médio aproximado de R\$ 3.000,00 por barragem, com entregas de relatórios intermediários que possibilitaram a alimentação parcial do SNISB.

5. Quanto às metas estaduais, por se tratar de um elenco mais extenso, serão referidas em destaque apenas aquelas que apresentaram algum aspecto peculiar ou risco de não serem atendidas no exercício. Por conseguinte, as metas não referidas neste relatório foram consideradas em adequado andamento.

Variável 1.6 – houve avanços na estruturação de procedimentos e na celebração de Termos de Colaboração com organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos, que terão papel de Entidades Executivas em apoio à atuação dos Comitês de Bacias, organizadas por região hidrográfica do estado, vigorando a partir de 2018. Esse processo estrutura o apoio do estado aos comitês, conferindo condições operacionais e previsibilidade às ações dos colegiados, constituindo-se numa referência para outros estados.

Variável 1.9 – o Plano Estadual de Capacitação foi elaborado e encaminhado para apreciação pelo CERH em 2018, com base na metodologia do projeto DesenvolveRH, coordenado pela ANA, que deve gerar desdobramentos para os demais entes do Sistema Estadual de Gestão dos Recursos Hídricos.

Variável 2.4 – foi concluído o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), após a realização das audiências públicas e entrega do Relatório Final.

Variável 2.6 – o enquadramento dos corpos de água do estado está definido de forma genérica na Resolução 001/2008 do CERH, porém em algumas bacias o plano de recursos hídricos já indica enquadramentos específicos, os quais encontram-se em discussão em câmaras técnicas do CERH/SC.



Variável 3.3 – os recursos para o monitoramento hidrometeorológico do estado, a cargo da EPAGRI, vinham sendo reforçados por repasses da SDS com recursos do Banco Mundial - Programa SC Rural. No entanto, cabe alertar que a EPAGRI recebe recursos contratuais da ANA para a operação e manutenção das estações integrantes de sua rede.

Variável 3.4 – em processo de adequação a proposta inicial do Sistema Estadual de Monitoramento da Qualidade da Água, prevendo ações de monitoramento da qualidade, algumas das quais já vinham sendo efetuadas em algumas bacias por entidades específicas, e que deverá ser fortalecido com a adesão do estado ao programa Qualiágua, em 2018. Foi realizado um pregão para contratação dos serviços de monitoramento de qualidade, iniciada em janeiro na bacia do Itajaí. O Programa Qualiágua viabilizou a entrega ao estado de uma sonda para monitoramento de parâmetros de qualidade da água, e já foi contratado um laboratório com início de monitoramento previsto para janeiro de 2019.

Variável 3.5 – o SEGREH-SC dispõe de páginas internet articuladas onde são publicados informes e disponibilizados documentos relativos à GRH. As páginas web vêm sendo aprimoradas regularmente, sendo que a referente ao Progestão propiciou maior integração e acesso às informações, registros e documentos do programa em todas as UFs, e está sendo utilizada como referência de apoio para a gestão do programa no estado.

Variável 4.1 – a dificuldade em avançar na elaboração das diretrizes para licenciamento de efluentes em corpos hídricos, inviabilizou a concessão de pelo menos uma outorga de lançamento no período. Por se tratar de item obrigatório a partir do 3º período de implementação do Progestão, o não cumprimento dessa variável tem penalizado o estado com a perda sistemática de todos os pontos do componente operacional, embora tenham sido cumpridas todas as demais variáveis do bloco. Os esforços em busca de uma regulamentação para outorga de lançamento - CT do CERH/SC discutindo critérios para outorga de lançamentos e piscicultura; desenvolvimento de novo módulo para cálculo de decaimento de efluentes - não foram suficientes para propiciar avanços que assegurassem a primeira outorga requerida pelo Progestão. Ainda que a meta relacionada à outorga de lançamento deixe de ser obrigatória para a tipologia B no segundo ciclo do programa, o estado pretende avançar nessa questão, a partir da reavaliação da proposta de enquadramento existente, que dará ensejo a um projeto-piloto de regulamentação e outorga de lançamentos de efluentes. A entidade estadual também vem realizando esforços no sentido de estruturar um processo de fiscalização que complemente as condições para a emissão de outorgas, com piloto sendo programado para a bacia de Itajaí, onde já existe proposta de enquadramento.

Variável 4.2 – a fiscalização está em fase final de regulamentação com um conjunto de normativos em vias de serem aprovados. Há previsão de contratação de bolsistas para integrar a equipe responsável pela gestão de recursos hídricos por meio de parceria com a FAPESC.

6. As principais recomendações e encaminhamentos acordados com o órgão gestor de Santa Catarina estão registradas nos comentários das respectivas metas acima e na planilha anexa a essa Memória.

Conclusões

7. O estado de Santa Catarina tem demonstrado empenho e capacidade de evoluir na efetivação das metas pactuadas, apesar das limitações de recursos financeiros e equipe técnica para maiores avanços na gestão.

8. O desenvolvimento de um sistema informatizado de cadastro e outorga, que vinha sendo articulado em cooperação com o estado do Rio Grande do Sul e a Universidade



Federal de Lavras, não avançou em 2018, porém há boas perspectivas de retomada com os novos arranjos institucionais decorrentes das novas gestões estaduais a partir de 2019.

9. Em virtude da fluidez alcançada nas interações entre a DRHI/SDS-SC e a SAS-ANA, pode-se afirmar que o Progestão não apenas contribuiu para o fortalecimento da estrutura e práticas de gestão de recursos hídricos do estado, mas também induziu o papel de articulação da ANA com o setor público, na medida em que o estado adquiriu confiança e passou a recorrer a Agência com mais intensidade em diversas outras ocasiões, sobretudo em busca de apoio para outras atividades, desde consultas sobre domínio das águas de corpos hídricos e outros aspectos técnicos, mediação para a interlocução com setores especializados da ANA (SPR), até o fornecimento de referências quanto a procedimentos institucionais.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
AGUSTIN JUSTO TRIGO
Gestor do Contrato nº 026/ANA/2014
Portaria ANA nº 350, de 06 de outubro de 2015

Ciente. À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)
LUDMILA ALVES RODRIGUES
Coordenadora de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente, para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos



Planilha de Acompanhamento do 1º Ciclo do Progestão em Santa Catarina

ESTADO: SC	ENTIDADE ESTADUAL	TIPOLOGIA: B	5 METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA				ANO 5: 2018
------------	-------------------	--------------	----------------------------------	--	--	--	-------------

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META	VARIÁVEL	Ponto Focal/ ANA	Ponto Focal/SC	Oficina de 17 e 18/05/2016	Videoconferencia de 27/10/2016	Oficina de 23/05/2017	Videoconferência de 28/10/2017	Videoconferência de 13/12/2018	Prazos
I.1	Integração das bases cadastrais	Dados de usuários de recursos hídricos disponibilizados no CNARH	Raquel/ COCAD	Robson, Marcelo/ Renato/ SDS	Sistema de outorga e atualização do sistema de cadastro estadual em fase de TdR. Verificar possibilidade de uso do CNARH para o cadastro dos novos registros. Analisar período de abrangência das informações pelo ano calendário ou ano hidrológico - rever datas limites.	Em 2016 foram regularizados 119 usuários, além de 150 autorizações de perfuração de poços concedidas. Deste montante quase a totalidade foi dado up load para a planilha do CNARH 40. Até 2015 há um total de 388 atos válidos de usos de recursos hídricos, sendo que cerca de 140 já foram transferidos para o CNARH. Está em tramitação a regularização de águas subterrâneas em área urbana. Há um atraso no cadastramento.	Usuários regularizados pelo estado em 2016: 133 com direito de uso, 10 DRDH, 26 com declaração de uso insignificante. Total inseridos no CNARH: 514. A Cocad considerou que o Estado atingiu um percentual de cumprimento em 99,5% para esta meta em 2016. Em 2017 deverá ser cadastrado 80% dos usuários cadastrados até 2016 e o total de 2017.	Este ano deverá ser cadastrado 80% dos usuários regularizados até 2016 e o total de 2017. Atualmente a equipe demonstra estar familiarizada com o processo de up load para o CNARH. A DRHI/SDS pretende antecipar o upload da planilha até novembro de modo a obter feed back a tempo de viabilizar eventuais ajustes necessários. Segundo informado, predominam no estado os usuários da agropecuária: 74 mil, sendo cerca de 14 mil de uso insignificante.	Meta certificada em 99,5% pela Cocad. Até o momento foram inseridos todos os atos regulatórios (outorga definitiva e preventiva, uso insignificante, autorização de poços e DRDH) realizados no primeiro semestre de 2018. Até início de Janeiro serão compatibilizados todos os atos do segundo semestre também.	Até 31/01/2019
I.2	Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas	Informações disponibilizadas para o SNIRH	Leticia/SIP	Renato e Fábio Zandonai/ SDS	De janeiro a maio/2016 foram outorgados 34 captações subterrâneas. Mais de 90% dos usuários declaram captações subterrâneas com vazões insignificantes, que constam no Sistema Estadual de Usuários de RH. Este sistema atual não contempla informações técnicas sobre o poço.	Da estimativa inicial de 80 outorgas, 60 processos de captação de águas subterrâneas foram regularizados até maio/2016. Com o atual quadro é plausível o cumprimento da meta, porém, diante da perspectiva de iniciar o processo de regularização da outorga para irrigação e para diluição de efluentes se fará necessário reforço da equipe.	Autorizações administrativas para o uso de águas subterrâneas: 345. Cadastro de poços inseridos no CNARH40: 340. Outorgas: 89. A Cosub considerou que esta meta foi totalmente descumprida em 2016. O estado possuía 455 captações subterrâneas cadastradas no CNARH 40, sendo 340 autorizações de perfuração de poço, 24 usos insignificantes e 91 outorgas. Deveria compartilhar os dados de 33 outorgas de poço emitidas até 2015 e todas as outorgas emitidas em 2016. Foi verificado no CNARH o cadastro de 12 outorgas emitidas até 2015 e 79 emitidas até 2016. No entanto, nenhum desses registros apresentou os dados mínimos do poço para que pudessem ser validados para a meta 1.2. Apenas 12 poços outorgados tiveram dados preenchidos, estes correspondendo, no máximo, à natureza do ponto, à profundidade e ao diâmetro de perfuração. Por estes motivos a meta foi considerada descumprida pela Cosub.	Para serem evitados problemas como os do ano anterior, os procedimentos para certificação desta meta deveriam ter sido discutidos por ocasião da oficina de capacitação em Brasília nos dias 21 e 22/06/2017. Dois representantes da DRHI compareceram à oficina da COSUB. A DRHI/SDS pretende antecipar o upload da planilha até novembro de modo a obter feed back a tempo de viabilizar eventuais ajustes necessários.	Meta certificada em 79% pela Cosub. Nos próximos anos prevê-se um incremento da demanda de outorga, tendo em vista o processo de regularização das outorgas para irrigação (foco na rizicultura) e no lançamento de efluentes. Necessidade de reforço da equipe e maior informatização dos processos, através de um sistema de outorga. As informações sobre águas subterrâneas estão sendo inseridas no CNARH, na mesma tabela para carga utilizada para a integração das bases cadastrais, sendo que foram inseridas as informações sobre os poços regularizados no primeiro semestre e até início de janeiro serão inseridas as do segundo semestre.	Até 31/01/2019
I.3	Contribuição para difusão do conhecimento (Oficina 2016)	Dados disponibilizados para o relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos"	Alexandre Lima e Laura / SPR	Rui e Vinicius/ SDS		Planilha com dados das outorgas concedidas pelo estado foi enviada em 27/10. Como o estado ainda não tem monitoramento qualitativo, não há dados de qualidade a serem enviados.	Em 2016 o estado foi atestado em 100% no cumprimento desta meta. Ressalta-se que ainda não há o monitoramento de qualidade das águas em SC. Atualizar as informações para o Conjuntura até 31/10/2017.	O prazo para envio do informe foi prorrogado para o dia 14/11. Consideram que não deve haver problemas para o cumprimento dessa meta.	Meta certificada em 100%. Contrato do Qualiágua assinado. Todas as informações foram disponibilizadas no prazo solicitado.	Até 15/11/2018

Planilha de Acompanhamento do 1º Ciclo do Progestão em Santa Catarina

ESTADO: SC	ENTIDADE ESTADUAL	TIPOLOGIA: B	5 METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA	ANO 5: 2018
-------------------	--------------------------	---------------------	---	--------------------

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META	VARIÁVEL	Ponto Focal/ ANA	Ponto Focal/SC	Oficina de 17 e 18/05/2016	Videoconferencia de 27/10/2016	Oficina de 23/05/2017	Videoconferência de 28/10/2017	Videoconferência de 13/12/2018	Prazos
1.4	Prevenção de eventos hidrológicos críticos	Manual Operativo da Sala de Situação elaborado e manutenção corretiva da rede telemétrica realizada	Alessandra/ SOE e Fabricio e Diana/SGH	Bruno e Renato - SDS/ EPAGRI/ Guilherme	O Manual elaborado em 2015 foi considerado bom. Há parceria/ convênio com a Defesa Civil e demais órgãos. Há disponibilidade de pessoal técnico especializado para manutenção das PCDs. Já está encaminhado junto à ANA solicitação de PCDs para uma adequada prevenção de eventos hidrológicos extremos no estado. Será instalado o equipamento de vídeo-conferência enviado pela ANA para a Sala de Situação.	Foi realizada reunião da ANA (Alessandra e Diana) com a EPAGRI dias 17 e 18/11 para avaliar a operação das estações e ajustar os detalhes do desempenho e avaliação da meta. Na ocasião foi esclarecido, conforme planilha do gestor PCD que, até julho de 2016, o índice de transmissão das PCDs não atingiu a meta de 80%. Repassados 1,74 milhão da SDS à Epagri este ano.	Em 2016, a meta referente à transmissão de dados foi considerada cumprida pela SGH. Também foi certificado em 100% pela SOE a meta sobre a produção de boletins (o Relatório apresentado foi claro e disponibilizou todas as informações necessárias a uma adequada avaliação). Em 2017, a planilha do Gestor PCD ANA mostra médias mensais inferiores a 80% nos meses de fev, mar e mai.	Dos R\$ 1,8 milhões previstos de repasse para a Epagri, foram transferidos apenas R\$ 300 mil devido às dificuldades financeiras do estado. Com esse recurso a EPAGRI tem conseguido efetuar as manutenções corretivas, porém não houve condições de efetuar novos investimentos na rede. Segundo informado, as médias mensais de transmissão podem sofrer algum comprometimento.	De acordo com o Gestor PCD o ITD médio no estado em 2018 é de 75,9%. Algumas estações não estão operando. Estava previsto no Programa SC Rural do Banco Mundial a meta de implantação do sistema estadual de monitoramento e alerta hidrometeorológico do estado. Foram realizadas reuniões sobre o assunto. Alguns aspectos deverão ser aperfeiçoado em 2018. Não foi repassado recursos para a EPAGRI em 2018 até pelo motivo do término do Programa com o Banco Mundial.	Até 31/03/2019
1.5	Atuação para segurança de barragens	Cadastro de barragens estruturada e classificação das barragens realizada	Fernanda Laus/SRE	Vinicius/ SDS e Ivana/ FATMA	Está sendo elaborado o levantamento e cadastro de barragens do estado para fins do Relatório Nacional de Segurança de Barragens, a ser atualizado anualmente. Não há estrutura de fiscalização preventiva, mas apenas mediante denúncia ou evento. A classificação por danos e riscos resultará da declaração do empreendedor. 114 barragens identificadas: necessidade de levantamentos de campo para identificação de características, proprietários, etc. Ainda não foi feita a regulamentação da política de segurança de barragens no estado.	Previsão de consolidar um banco de dados com informações gerais de barragens. Foi esclarecido que está sendo contratada uma empresa para efetuar os serviços de classificação de 71 barragens até meados de 2017. Tendo em vista os prazos para a conclusão dos trabalhos, será solicitado da ANA um adiamento na comprovação desta meta junto à COSER. A regulamentação do art. 9º da Lei da PNSB pode ser feita por bolsista, adequando a inspeção regular às necessidades de SC, a partir de exemplos de outros estados.	Em 2016 foram elaboradas diversas minutas sobre regulamentações de segurança das barragens no estado. Em 2017, de acordo com o Informe 03/2017, o estado deve avançar em: outorgas para barramentos, preenchimento do SNISB, classificação das barragens por DPA e CRI, regulamentação da PNSB e envio do RSB em 31/03/2018.	A licitação dos serviços de levantamento e cadastro de cerca de 71 barragens do estado (não serão incluídas as CGHs, com potencial de geração de energia até 3 MW) sofreu contestação e teve que ser retificada, com abertura de novo Edital no próximo mês, e previsão de entrega do produto em maio/junho de 2018.	Meta certificada em 25% em 2017 por ter informado que elaborou TR para contratação de consultoria para realizar levantamento de campo de 71 barragens identificadas como possíveis de se enquadrarem na PNSB. A empresa contratada irá finalizar os trabalhos em janeiro de 2019. Com isso, será recebido o banco de dados sobre o sistema de segurança de barragens com o levantamento e classificação das 71 barragens, possibilitando a inserção das mesmas no SNISB.	Até 31/03/2019

Previstos os seguintes investimentos com recursos Progestão:

- 1 - Suporte ao processo de Criação, Planejamento, Implantação, Operacionalização e Manutenção da Rede Estadual de Monitoramento da Qualidade de Água de Santa Catarina.
- 2 - Suporte técnico à criação, aperfeiçoamento e consistência de cadastros de usuários de água (CEURH), inclusive, no que se refere a águas subterrâneas e barragens.
- 3 - Consolidar uma base de informações sobre águas subterrâneas em Santa Catarina incorporados ao CEURH.
- 4 - Realizar um estudo comparativo e apresentar os modelos de referência nacional para outorga de recursos hídricos, especialmente para lançamento de efluentes, irrigação e águas subterrâneas.
- 5 - Analisar e propor aperfeiçoamento na legislação relacionada à outorga e fiscalização de recursos hídricos de domínio do Estado.
- 6 - Dar suporte técnico ao desenvolvimento de rotinas de avaliação da disponibilidade hídrica, baseada no SADPLAN e supervisionar sua aplicação nos processos de outorga.
- 7 - Dar suporte aos Comitês de Bacias Hidrográficas e às Entidades Executivas dos Comitês de Bacias.
- 8 - Buscar investir recursos do Progestão em ações de capacitação e comunicação.

Planilha de Acompanhamento do 1º Ciclo do Progestão em Santa Catarina

ESTADO: SC TIPOLOGIA: B TIPOLOGIA: B 9 VARIÁVEIS ESTADUAIS OBRIGATÓRIAS ANO 5: 2018 TOTAL DE 31 VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS ESTADUAIS

METAS	Peso (%)	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Nível aprovado	Auto Avaliação 2014	Auto Avaliação 2015	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação 2017	Auto Avaliação 2018	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	Videoconferência de 28/10/2017	Videoconferência de 13/12/2018	Responsáveis		
META II.1 - Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social	25	1.1	<u>Organização institucional do modelo de gestão</u>	3	2	3	3	3	3	NÃO	Necessidade de avaliar e aprimorar as propostas organizacionais em andamento. Necessidade de reforço na equipe técnica com parcerias envolvendo Epagri, FATMA consultores e terceirizados.	Após tratativas com a Fapesc foram contratados 8 bolsistas, até junho/2017.	Algumas articulações foram feitas com alguns órgãos intervenientes. Existe a possibilidade de uma reestruturação na área de recursos hídricos no próximo governo. A proposta de reforma administrativa ainda não está concluída e deve ser consolidada até junho/2019.	GABS/DRHI/SDS		
		1.2	<u>Organismo(s) Coordenador/Gestor</u>	3	2	3	3	3	3	3	NÃO	O órgão gestor do estado é vinculado à Administração direta. As ações são compartilhadas entre o órgão central (SDS), com sua Diretoria de Recursos Hídricos (que tem equipe reduzida e não consegue atender a todas as atribuições inerentes à gestão) e órgãos descentralizados. A partir do Progestão houve um incremento de recursos humanos na DRHI, porém ainda não suficiente para a execução de todas as atribuições (institucionais e legais - cobrança, monitoramento da qualidade, outorga de lançamento, etc) do organismo gestor. Na oficina de maio/2017 foi proposto a retificação da autoavaliação desta variável para o nível 3 devendo o CERH ser devidamente comunicado. Em 29/05/2017, por meio do Ofício GABS nº 287/2017, o Secretário solicita esta retificação.	Há previsão de contratação de 11 bolsistas para integrar a equipe responsável pela gestão de recursos hídricos por meio de parceria com a Fapesc. 4 bolsistas já haviam sido contratados.	Necessidade de reestruturação material e técnica da DRHI, com fortalecimento de pessoal. Previsão de nomear 6 técnicos do concurso público temporário para repor o quadro da DRHI e tentar a cessão de servidores de outras entidades. Não havendo no curto prazo possibilidade de concurso para contratação de pessoal do quadro permanente, prevê-se a emissão de edital para contratação de bolsistas e estagiários para tarefas essenciais, com os recursos repassados e ainda não aplicados. Existe a possibilidade de uma reestruturação institucional e técnica na área de recursos hídricos decorrente da reestruturação das áreas de governo.	GABS/DRHI/SDS	
		1.3	Gestão de Processos	2	1	2	2	2	2	2	NÃO	Fluxos de processos estruturados para a outorga. Em desenvolvimento o sistema estadual de outorga e a atualização do sistema de cadastro de usuários. Não existem ainda os manuais. O estado possui o Sistema Estadual de Protocolo Eletrônico. O desenvolvimento de sistema de cadastro e outorga não avançou conforme previsto por dificuldades administrativas. Será necessário um maior envolvimento das instâncias decisórias para as articulações institucionais necessárias que viabilizem as alternativas: contratação da UFSC, UF Lavras, cooperação com o DRH/RS, etc.	Sistema de outorga com TdR concluído, em vias de ser iniciado pelo Depto de Engenharia da UFSC. Previsão de 12 meses para início da fase de testes de implantação do sistema, 18 meses para conclusão e mais 6 meses de operação assistida.	É necessário promover um levantamento sistemático dos processos internos e externos à DRHI no contexto da SDS e do Sistema Estadual de Gestão dos Recursos Hídricos de Santa Catarina, de modo a poder manualizar e normatizar seus procedimentos. Isso implicaria em organizar os manuais e procedimento no SIRHESC, tanto para o público interno como para o público externo. Ainda não foi possível a contratação do Sistema de Outorga e sua vinculação com o SIRHESC. Este processo está como prioridade na atual gestão.	DRHI/SDS	
		1.4	<u>Arcabouço legal</u>	3	2	3	3	3	3	3	NÃO	Há regulamentação para outorga e FEHIDRO. Existem minutas de normativas complementares para preencher lacunas do arcabouço legal no âmbito estadual. Decreto regula Águas Subterrâneas. Em análise jurídica a regulamentação da segurança de barragens (fiscalização, vistorias) (art. 9º). O CERH regulamentou a irrigação e reformulou as novas unidades de gestão do estado, faltando atualizar os decretos dos CBHs.	A nova divisão hidrográfica do estado foi definida. A Resolução CERH-SC nº 17/2017 regulamentou a outorga para a irrigação, em um processo que prevê cadastro de usuários e ações em uma bacia piloto no primeiro ano, ampliando esse universo gradualmente para as demais, até 2021.	Necessária a submissão e aprovação das propostas de regulamentação existentes. O arcabouço legal da área está sendo aprimorada em conformidade com as necessidades de ajustes. A cobrança da água não foi implementada. Aprovada resolução que estabelece diretrizes e atuação dos comitês, e deve ocorrer atualização dos RI dos 16 comitês.	Casa Civil/GABS/DRHI/SDS/CERH	
		1.5	<u>Conselho Estadual de Recursos Hídricos</u>	4	4	4	4	4	4	4	4	NÃO	O CERH é atuante e funciona em condições adequadas. Conta com 4 Câmaras Técnicas atuantes. Melhora substancial do quadro de conselheiros.	A renovação dos membros do CERH é atualmente feita a pedido ou em caso de inoperância da representação, com poucas alterações recentes. As Câmaras Técnicas têm sido mais requeridas e conseguido dar melhores respostas.	Todo o processo do Progestão tem sido levado ao conhecimento do CERH. Necessidade de atualizar a regulamentação do CERH, avaliando a alteração de regras de renovação dos membros com vistas a maior dinamização e democratização da representação. Definida a nova estrutura de Governo, o CERH deve ter sua composição também atualizada.	CERH
		1.6	Comitês de bacias e organismos colegiados	3	3	3	3	3	4	4	4	NÃO	O estado hoje está dividido em 10 Regiões Hidrográficas (1 a 3 bacias) totalizando 17 UPGs, das quais 16 com Comitês de Bacia Hidrográfica (Biguaçu junto com a do Tijucas) - apenas uma bacia sem CBH.	Todo o território estadual já tem cobertura integral pelas unidades de gestão e respectivos CBHs, o que orientou a contratação das entidades que exercerão o papel de Secretarias Executivas dos comitês.	As entidades com função de Secretaria Executiva foram contratadas com o instrumento Termos de Cooperação com base na Lei 13.019/2014 e devem atuar nos anos 2019 e 2020.	Cesar e Tiago DRHI/CERH

Planilha de Acompanhamento do 1º Ciclo do Progestão em Santa Catarina

ESTADO: SC **TIPOLOGIA: B** **TIPOLOGIA: B** **9 VARIÁVEIS ESTADUAIS OBRIGATÓRIAS** **ANO 5: 2018** **TOTAL DE 31 VARIÁVEIS ESTADUAIS**

METAS ESTADUAIS

METAS	Peso (%)	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Nível aprovado	Auto Avaliação 2014	Auto Avaliação 2015	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação 2017	Auto Avaliação 2018	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	Videoconferência de 28/10/2017	Videoconferência de 13/12/2018	Responsáveis
		1.7	Agências de água e entidades delegatárias	3	2	2	2	3	4	NÃO	O cenário de estruturação das Agências de Água nos CBHs não poderá evoluir significativamente enquanto não houver a disposição política para a implementação da cobrança nas bacias. O apoio financeiro aos Comitês é repassado a entidades parceiras indicadas pelos CBHs, porém a SDS está firmando Termos de Colaboração com organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos que serão denominadas Entidades Executivas dos Comitês.	Foram publicados 7 editais para seleção das entidades que irão exercer o papel de secretaria executiva dos comitês. Foram firmados Termos de Cooperação com 2 entidades (OSC) para atender a 4 CBHs por um período de 3 anos. No evento da ABRH que ocorrerá em dez/2017 em SC, essa experiência bem sucedida com as Secretarias Executivas será apresentada em detalhes.	No ano de 2018 todas as entidades executivas dos Comitês foram contratadas e os recursos financeiros repassados.	Casa Civil/GABS/DRHI/SDS/CE RH
		1.8	Comunicação social e difusão	2	2	2	3	3	3	NÃO	Existe uma estrutura institucional de comunicação em condições adequadas, sobretudo nos portais de transparência e nas mídias eletrônicas. O principal papel dos CBHs tem sido a difusão, comunicação e educação ambiental em relação ao tema água. Analisar relatórios dos CBHs para estruturar "case" de boas práticas na área de comunicação www.aguas.sc.gov.br	Em 2017 foi criada a Rede de Comunicadores nos estados, coordenada pela ANA. A SDS indicou a assessora Michelle Oliveira como ponto focal em SC. Há integração com a meta de Comunicação do Procomitês.	É necessário desenvolver um planejamento estratégico de comunicação específica para a questão dos recursos hídricos, identificando os recortes públicos vinculados - gestores, consumidores, produtores, etc. Desafio: elaborar o Plano de Comunicação. Quando da elaboração dos Planos foram elaborados Planos de Educomunicação pelas executoras e aplicados nas bacias respectivas. Assunto também a ser retomado na próxima gestão.	Casa Civil/GABS/DRHI/SDS/CE RH
		1.9	Capacitação setorial	2	2	2	2	2	2	NÃO	Necessidade de estruturar Planos de Capacitação para equipes dos órgãos gestores e demais entes do SEGRH/SC. Definir o ponto focal de capacitação junto à ANA. O estado foi alertado sobre a importância da elaboração e implementação do Plano de Capacitação, que deve ser apresentado ao CERH. Será disponibilizado material adotado pelo Espírito Santo para levantamento das demandas junto ao órgão gestor, ao CERH e CBHs com vistas a uma elaboração preliminar do referido Plano, a ser detalhado posteriormente, segundo a metodologia repassada pela ANA por meio do projeto DesenvolveRH.	Camila Christofoli foi indicada como focal da Capacitação. Segundo informado, já foi realizado o levantamento prévio das demandas de capacitação. Esta meta deve ser integrada com as iniciativas para o Plano de Capacitação do Procomitês: roteiro já estruturado pela CCAPS deve orientar a elaboração dos planos para cada instância, com detalhamento até o nível das trilhas formativas individuais por cargos ou papéis desempenhados no sistema.	Assegurar a elaboração do Plano de Capacitação em RH (técnicas disponibilizadas no DesenvolveRH) e sua implementação, visando o desenvolvimento contínuo de técnicos, gestores e analistas ambientais do Estado, de membros e lideranças dos organismos de bacias e de proponentes potenciais de projetos para captação de recursos financeiros junto ao FEHIDRO. Consolidadas as Entidades Executivas, há a proposta de um ciclo de capacitações e treinamento também com aporte de recursos do Procomitês.	DRHI/SDS
		1.10	Articulação com setores usuários e transversais	2	2	2	2	2	2	NÃO	Necessidade de intensificar a articulação. EPAGRI, Defesa Civil, FATMA, são os principais setores institucionais. CBHs representam setores usuários. Há experiências muito positivas de setores usuários com visão integradora e do interesse da bacia. Integração dos licenciamentos ambientais de lançamentos de efluentes (FATMA) com a outorga. No estado predomina o setor agropecuário.	Realizadas reuniões com setores usuários para discussão: de critérios setoriais de outorga na rizicultura (Araranguá) e mineração (areias); com a defesa civil para priorização de levantamento de barragens de segurança e prevenção de inundações. Feita articulação entre Câmaras Técnicas do CERH, comitês e população para discussão de critérios de enquadramento no contexto dos Planos de Recursos Hídricos em elaboração.	Não há agendas conjuntas em relação às demais políticas relacionadas à água (ambiental, saneamento, etc.). Há estrutura formal de assessoramento aos CBHs, e a DRHI atende intensivamente às demandas. Articulação da CT para regulamentação da irrigação, do processo de monitoramento da qualidade, outorga de lançamento, enquadramento.	DGAC-DPMA
<i>São 4 variáveis de gestão LEGAIS com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (1.1, 1.2, 1.4 e 1.5); 5 em 2016; 5 em 2017; e 6 em 2018.</i>														
		2.1	Balanco hídrico	2	2	2	2	3	3	NÃO	Sistema de informação (SIRHESC) com banco de dados de usuários cadastrados e em processo de consistência, 7 planos de bacia elaborados com demandas e disponibilidades hídricas, estudos com base hidrográfica regionalizada com as vazões mínimas e médias estimadas e estudo de estimativa de disponibilidade hídrica subterrânea (mapeamento hidrogeológico CPRM). TdR do Plano Estadual pronto para o processo de contratação. Fortalecer o balanço hídrico com as dimensões "águas subterrâneas e qualidade".	Enquanto um novo e mais completo sistema informatizado para Cadastro e Outorga não é desenvolvido, o sistema atual, que computa apenas as vazões naturais, está incorporando ao cálculo do Balanço Hídrico os dados de vazões outorgadas. Recomendou-se a inclusão dos dados de uso de águas subterrâneas, que são captadas a cada 7 entre 10 municípios da região Oeste do estado.	Necessidade de dar continuidade à consistência das declarações do banco de dados do cadastro de usuários com informações dos usos. Aperfeiçoar e integrar os diversos bancos de dados (cadastro, outorga e planos de bacia, SADPLAN). A digitalização dos processos vêm sendo feita. A consistência no momento só é feita a partir da entrada do processo de outorga na SDS. A ferramenta permitiu especialmente avançar no processo de outorga da irrigação.	DRHI/SDS

Alcance dos níveis de exigência em pelo menos 5 variáveis legais

Planilha de Acompanhamento do 1º Ciclo do Progestão em Santa Catarina

ESTADO: SC **TIPOLOGIA: B** **TIPOLOGIA: B** **9 VARIÁVEIS ESTADUAIS OBRIGATÓRIAS** **ANO 5: 2018** **TOTAL DE 31 VARIÁVEIS ESTADUAIS**

METAS ESTADUAIS

METAS	Peso (%)	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Nível aprovado	Auto Avaliação 2014	Auto Avaliação 2015	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação 2017	Auto Avaliação 2018	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	Videoconferência de 28/10/2017	Videoconferência de 13/12/2018	Responsáveis	
META II.2 - Variáveis de Planejamento	10	2.2	Divisão hidrográfica	3	3	3	3	3	3	NÃO	Existe uma Lei Estadual regulamentando a divisão hidrográfica, entretanto são necessários ajustes em algumas das Unidades de Gestão. Prevista revisão/atualização da DH: Canoas (25% do estado) com CBH estadual e TdR para contratação do Plano.	Foi proposta e aprovada pelo CERH em março/2017 uma nova divisão hidrográfica no estado composta por 10 Regiões Hidrográficas e 16 Unidades de Planejamento e Gestão de RH. A divisão hidrográfica do estado é avançada (escala de 1:10 mil) – SIGSC.	Visando compatibilizar a divisão hidrográfica estadual com a nacional e ordenar a implementação da política de recursos hídricos em Santa Catarina, foi proposta e aprovada em Assembleia do Conselho Estadual de Recursos Hídricos uma nova divisão hidrográfica composta por 10 Regiões Hidrográficas e por 17 Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos.	GEPHI/DRHI/SDS	
		2.3	Planejamento estratégico institucional	3	1	2	2	2	2	SIM	Necessidade de avançar no processo de planejamento estratégico considerando os planejamentos já existentes.	O Plano Estadual de RH deve contemplar dimensões estratégicas para a GRH do estado, que subsidiarão um plano estratégico institucional da SDS e do DRHI.	Elaborar Programa de Planejamento Estratégico Institucional e submeter à deliberação da SDS e do CERH. Fortalecer a articulação interinstitucional nos próximos anos. Premissa: adequar a estrutura institucional às diretrizes emanadas do Plano Estratégico de Recursos Hídricos do Estado.	GABS/DRHI/SDS	
		2.4	Plano Estadual de Recursos Hídricos	3	1	2	2	4	5	NÃO	TdR do Plano Estadual pronto para o processo de contratação. Existem recursos e deliberação institucional. Atualmente está em fase de elaboração o PERH, além de 3 planos de bacia. Contam com apoio da Assessoria da Secretaria para divulgação das programações previstas (site "Águas de SC").	O PERH está em elaboração por uma Fundação ligada à UFSC, com recursos do Fehidro e previsão de conclusão ainda em 2017. Vinicius e Rui são os focais para esta meta.	O PERH foi concluído em 2018. Está disponível para a sociedade no site www.aguas.sc.gov.br. A DRHI adotou as diretrizes e linhas de ação do PERH como plano estratégico, inclusive para a nova gestão da SDS.	GABS/DRHI/SDS	
		2.5	Planos de bacia	2	2	2	3	3	3	NÃO	Atualmente são 7 Planos Diretores de Recursos Hídricos elaborados e aprovados e mais 5 em elaboração de um total de 16 a serem elaborados.	Existem TdR para planos de bacia a serem contratados. Status dos planos: 3 em fase de conclusão, 2 em andamento e 2 em processo de contratação.	No Estado de Santa Catarina faltam apenas 2 planos de bacias a serem executados. Os demais Planos já foram elaborados ou estão em elaboração.	GABS/DRHI/SDS	
		2.6	Enquadramento	3	2	2	2	2	3	NÃO	Existe Resolução CERH definindo genericamente o enquadramento dos corpos hídricos do estado. Minuta de Resolução tramitando no CERH definindo o enquadramento da Bacia do Itajaí. O enquadramento dos corpos de água do Estado está dentro da Resolução 001/2008 do CERH, porém, já existem algumas bacias com plano elaborado que possuem o enquadramento próprio e em discussão no CERH e outros que estão sendo elaborados. Haverá uma discussão para o enquadramento dos corpos de água.	Aprovação e implementação da proposta de enquadramento para as águas superficiais. Está em andamento a proposta de enquadramento da bacia do Itajaí, demais irão integrar as propostas dos Planos de Bacia.	As bacias com enquadramento proposto em planos ainda não estão em conformidade com a Resolução CNRH 91/2008 e será necessário complementar essas propostas com estudos de implementação. Posteriormente devem ser aprovadas pelo CERH. Dos Planos elaborados existem alguns com propostas de enquadramento e outras somente em discussão. Assunto a ser retomando na próxima gestão. Enquadramento da bacia do Itajaí deve ser consolidado em 2019.	SDS, CERH e CBH Itajaí	
		2.7	Estudos especiais de gestão	3	3	3	3	3	3	NÃO	Existem alguns produtos, a exemplo de: Estudos para Implementação dos Instrumentos de Gestão; Mapeamento Hidrogeológico do Estado de SC; Levantamento Aerofotogramétrico e Restituição da Hidrografia de SC Escala 1:10.000; Sistema de Apoio à Decisão SADPLAN. Existem estudos específicos desenvolvidos pelos CBHs e compartilhados com a SDS.	Elaborado amplo estudo em 2005/2006 pela ENGEORPS sobre os instrumentos de gestão de Santa Catarina, com 6 relatórios temáticos. O estudo ainda não avançou em relação à implementação de diversas propostas nem há perspectiva imediata em relação a sua atualização.	Atualização dos instrumentos Diagnóstico Geral das Bacias Hidrográficas e Panorama de Recursos Hídricos, a partir do Plano Estadual. O Plano Estadual de RH gerou um Atlas dos Recursos Hídricos como relatório síntese do PERH.	SDS/DRHI	
		2.8	Modelos e Sistema de Suporte à Decisão	2	2	2	2	2	2	2	NÃO	Existe o SADPLAN para elaboração do balanço hídrico, suporte ao planejamento e à regulação. Sistema de alerta de eventos críticos (Sala de Situação).	Houve adesão ao Qualiáguas, devendo o contrato ser assinado na reunião da ABRH em dezembro e as atividades terão início a partir de fev/2018. Em fase de concepção e aprimoramento no SADPLAN o módulo de qualidade para integração com o monitoramento de qualidade, outorga de lançamento e enquadramento.	Serão delimitados setores de implementação da rede de monitoramento, sendo que a Vertente Atlântica terá 23 pts de coleta em locais próximos às estações hidrométricas, robustecendo a consistência dos dados coletados. Serão contratados laboratórios regionais para as análises. O monitoramento atualmente feito pela FATMA e a CASAN serão incorporados a essa rede após compatibilização dos parâmetros de análise. Prego concluído para monitoramento da vertente Atlântica.	SDS/DRHI

São 2 variáveis de gestão de PLANEJAMENTO com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (2.1 e 2.2); 3 em 2017 e 2018.

Alcance dos níveis de exigência em pelo menos 3 variáveis de planejamento

Planilha de Acompanhamento do 1º Ciclo do Progestão em Santa Catarina

ESTADO: SC TIPOLOGIA: B TIPOLOGIA: B 9 VARIÁVEIS ESTADUAIS OBRIGATÓRIAS ANO 5: 2018 TOTAL DE 31 VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS ESTADUAIS

METAS	Peso (%)	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Nível aprovado	Auto Avaliação 2014	Auto Avaliação 2015	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação 2017	Auto Avaliação 2018	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	Videoconferência de 28/10/2017	Videoconferência de 13/12/2018	Responsáveis
META II.3 - Variáveis de Informação e Suporte	10	3.1	<u>Base cartográfica</u>	5	5	5	5	5	5	NÃO	Hidrografia vetorial otocodificada na escala 1:10.000 padrão cartográfico INDE e codificação da ANA. Balanço hídrico e planejamento utilizam essas bases.	1:25.000 para todo o estado.	Está sendo implementado o SIG que interliga esses dados com os de outras áreas temáticas. Já foi criado o http://sigsc.sds.sc.gov.br/	DRHI/SDS
		3.2	<u>Cadastrros de usuários e infraestrutura</u>	3	3	3	4	4	4	NÃO	Processo continuado de consistência das cerca de 60 mil declarações (aprox. 100 mil interferências). Atualmente há um universo de 74 mil usuários cadastrados no estado.	No caso da irrigação, que iniciará a fase piloto no próximo ano na bacia do Araranguá, os usos insignificantes e por aspersion terão tratamento diferenciado em relação aos de inundação. O CNARH deverá receber apenas cadastro de barragens regularizadas, enquanto a RSB/SNISB inclui todas as barragens enquadradas na Lei.	Atualização do sistema; integração dos dados de outorga no sistema CEURH. Desafio no estado: integrar cadastro com outorga. Desafio Progestão: integrar cadastro estadual com CNARH sem retrabalhos. Os formulários foram complementados para inserção dos dados de barragens. O cadastro está sendo integrado dentro do processo.	DRHI/SDS
		3.3	<u>Monitoramento hidrometeorológico</u>	2	2	3	3	3	3	NÃO	Existem redes pluviométricas e fluviométricas operadas em âmbito estadual próprias ou mistas (operadas pela EPAGRI em articulação com a ANA) bem como um planejamento no SC-Rural, Defesa Civil e EPAGRI para implantação, ampliação e modernização dessas redes. Foi informado que a ANA (Diana e Alessandra) estará no estado nos dias 17 e 18 de novembro de 2016, quando dúvidas sobre o funcionamento da Sala de Situação poderão ser sanadas. Na ocasião foi esclarecido, conforme planilha do gestor PCD que, até julho de 2016, o índice de transmissão das PCDs não atingiu a meta de 80%.	Houve uma ampliação e modernização da rede pluviométrica e fluviométrica no estado, através do Programa SC Rural. Foram adquiridas e instaladas 77 estações da rede de monitoramento hidrometeorológico, operadas pela EPAGRI. A integração DRHI-EPAGRI está possibilitando a adequada manutenção das estações e os índices de performances das estações. Em 2017 o repasse previsto de R\$ 1,8 milhões para a Epagri ficou comprometido e limitado a R\$ 300 mil.	Verificar possibilidade de apoio alternativo ao repasse de recursos para a Epagri, como disponibilidade de veículos, coita-combustível, técnicos/bolsistas contratados, etc. Em 2016 foram repassados 1,3 mi, em 2017 300mil, com previsão de mais 1,5 mi. Está sendo elaborado Edital para aquisição de equipamentos destinados à manutenção das estações. Em 2019 foram priorizadas ações com relação a manutenção da rede.	SDS/EPAGRI
		3.4	Monitoramento da qualidade de água	2	1	1	1	1	3	NÃO	Em processo de negociação para contratação de instituição estadual para efetuar o monitoramento (ou iniciativa privada). Possibilidade de compartilhamento de dados quali da FATMA. Elaborado, aperfeiçoado e em curso TDR para contratação de entidade para criar o Sistema de Monitoramento da Qualidade da Água, integrar com algumas ações de monitoramento da qualidade efetuada em algumas bacias por entidades específicas e, finalmente, o próprio monitoramento estadual, com possível adesão do estado ao programa Qualiáguas. Prazo para o estado monitorar a qualidade da água: 2017.	Adesão ao Qualiáguas efetivada e perspectivas para monitoramento da qualidade já discutidos no item 2.8 acima (inicialmente 23 pontos no litoral, posteriormente aumenta para 40 pontos). O estado tem a intenção de delegar boa parte dessa atividade à empresa a ser contratada, além de obter dados de outras instituições do estado (como FATMA). Em andamento estudo piloto na bacia do rio Itajaí que prevê o monitoramento da qualidade da água em seus principais afluentes.	Há ações de monitoramento de qualidade em curso, mas não de iniciativa do DRHI. Proposta de enquadramento do Itajaí rejeitada pelo CERH devido ao caráter restritivo em uma baixa que tem Porto. A perspectiva é produzir um modelo para: 1) integrar dados existentes e futuros; 2) reforçar compromisso dos usuários como fornecedores de dados; 3) subsidiar os BDs integradores, além de estudos para enquadramento. Adesão ao Qualiáguas efetivada.	DRHI/SDS
		3.5	Sistema de informações	3	3	3	3	3	3	3	NÃO	O sistema estadual de RH (SIRHESC) é composto pelo cadastro, balanços hídricos (SADPLAN), informações geográficas (dados geoespaciais e temáticos de acesso restrito institucional, dados pessoais), pelo Portal Web com páginas por setor e sistema para outorga em fase de TdR.	Integrar no SIRHESC dados de outros sistemas internos e links de outras instituições. Já concluído o desenvolvimento do SIG (necessidade de aperfeiçoamentos) e reestruturado o Portal Web com inclusão de um link na página do SIRHESC em 2017. As 7 entidades responsáveis pelos CBHs irão alimentar o Sirhesc referente às metas específicas dos comitês.	A página web do Progestão foi concluída e publicada. Propiciará acesso às informações, registros e documentos em todas as UFs, inclusive os Informes com especificação das metas para o ciclo de avaliação, registro de boas práticas que podem ser úteis aos gestores, bem como links de acesso às páginas web dos demais órgãos estaduais e CBHs.
3.6	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	2	2	2	3	3	3	3	NÃO	O FEHIDRO financia, em conjunto com a FAPESC, pesquisa no Aquífero Guarani/Serra Geral, além de diversas demandas específicas oriundas ou canalizadas via CBHs, ou instituições acadêmicas, ONGs, Prefeituras, etc.	Estabelecer convênio com a FAPESC para institucionalizar programa de pesquisa sobre gestão de recursos hídricos. Criar orçamento no FEHIDRO para financiamento de programas e pesquisas. Estreitar relacionamento com meio acadêmico, definindo linhas de pesquisa e alocar recursos regularmente.	Criar rubrica para P&D; contratar bolsistas; várias frentes de convênios e pesquisas para 6 temas de gestão (ver documento com o detalhamento desses temas a ser definido e enviado à ANA).	GABS/DRHI/SDS	

São 2 variáveis de gestão de INFORMAÇÃO com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (3.1, 3.2); 3 em 2017 e 2018.

Alcance dos níveis de exigência em pelo menos 3 variáveis de informação e suporte

Planilha de Acompanhamento do 1º Ciclo do Progestão em Santa Catarina

ESTADO: SC TIPOLOGIA: B TIPOLOGIA: B 9 VARIÁVEIS ESTADUAIS OBRIGATÓRIAS ANO 5: 2018 TOTAL DE 31 VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS ESTADUAIS

METAS	Peso (%)	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Nível aprovado	Auto Avaliação 2014	Auto Avaliação 2015	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação 2017	Auto Avaliação 2018	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	Videoconferência de 28/10/2017	Videoconferência de 13/12/2018	Responsáveis	
META II.4 - Variáveis Operacionais	5	4.1	Outorga de direito de uso	3	2	2	2	2	2	SIM	Há emissão de outorga para captação de água, mas não para lançamento de efluentes. A outorga de água subterrânea está implantada desde 2014. CT do CERH/SC discutiu critérios para outorga de lançamentos e piscicultura, porém não avançou em propostas de regulamentação. Foi desenvolvido novo módulo para cálculo de decaimento de efluentes. A FATMA remete à DRHI solicitações de licenciamento de empreendimentos com lançamentos, para a emissão de Declaração da inexistência de critérios estaduais para efluentes, remetendo à regulamentação nacional.	Até o ciclo 2015 não havia obrigatoriedade, porém a partir de 2016 é obrigatório a emissão de pelo menos uma outorga de lançamento. Existem cerca de 74 mil usuários do setor agropecuário, sendo 14 mil de uso insignificante. Há demanda para se avançar nos critérios para outorga de piscicultura.	Definir critérios e procedimentos para dar início ao processo de outorga de lançamentos em bacias críticas. Sugerido uma bacia piloto onde já exista enquadramento (Camboriú ou outra de pequeno porte). Sugerido também consultar boas práticas de outras UF's como referência (PR/RS).	DRHI/SDS	
		4.2	Fiscalização	3	2	3	2	3	3	NÃO	Fiscalização com estrutura limitada (2 técnicos) e atuando apenas sob demanda. A fiscalização está em fase de regulamentação.	Houve avanços na articulação com a Polícia Militar Ambiental no sentido de incorporar esses agentes às ações de fiscalização. Com a formalização dessa parceria, devem ser organizadas: a atribuição formal de competências para fiscalização de RH; as pautas de capacitação (perfis e cursos); o planejamento de campanhas conjuntas, etc. O Gerente de Outorga recebeu capacitação da ANA para ações de fiscalização.	A fiscalização é feita em caso de extrema necessidade, dependendo de causas externas, já que a estrutura técnica que outorga é a mesma que teria que fiscalizar.	DRHI/SDS	
		4.4	Sustentabilidade financeira do sistema de gestão	2	2	2	2	2	2	2	NÃO	Os recursos em uso provêm do Tesouro Estadual e do FEHIDRO, que hoje é composto da CFURH, emolumentos da outorga e outras fontes. O sistema não tem cobrança. Em 2015 houve investimentos do FEHIDRO da ordem de 15 milhões do total de 40 milhões da CFURH para o estado. Outra parte é proveniente de taxas administrativas. Em 2016 foram repassados R\$ 52 milhões pela CFURH.	Os valores dos emolumentos são fixos desde 2006, entretanto, proposta de revisão/reajuste destes valores não evoluiu por falta de motivação política, tendo em vista que outros estados praticam valores inferiores. Convênios, contratos e outros aportes eventuais podem ser também utilizados. Existe estudo sobre a cobrança mas o instrumento ainda não foi aplicado.	Atualizar o valor do repasse da CFURH em 2017. Avaliar a possibilidade de cobrança pela licença para perfuração de poços, pois envolve interessados com capacidade financeira.	DRHI/SDS/IC ERH
		4.5	Infraestrutura hídrica	2	1	2	2	2	2	2	NÃO	O estado, através da Secretaria da Defesa Civil, conta apenas com o apoio de um técnico aposentado que dá indicações para a operação de um reservatório estratégico. Atualmente a Defesa Civil já conta com mais técnicos para apoiar suas ações. Os planos contratados pela DC para ampliação de barragens contempla a normatização da Lei de Seg Barragens. A CASAN também tem estruturas de acumulação para abastecimento urbano anteriores à PNSB, precisando serem enquadradas a partir da regulamentação a ser feita pela DRHI. A Sec de Agricultura (SAR) também tem reservatórios operados por cooperativa de irrigantes, que estão em processo de avaliação para outorga.	A Secretaria da Defesa Civil do Estado realiza uma atualização do levantamento da situação física e condições de operação das barragens de contenção de cheias, cujo resultado deverá ser compartilhado com as demais secretarias.	Deverá ser elaborado um plano de operação desses reservatórios em situações críticas, com atribuição de responsabilidades entre os órgãos do sistema.	
		4.6	Gestão e controle de eventos críticos	2	3	3	4	4	4	4	NÃO	A EPAGRI opera a Sala de Situação de SC para múltiplos fins, especialmente eventos críticos. Foi solicitada a transferência do patrimônio de equipamentos da rede da ANA operados pela EPAGRI, a fim de viabilizar a sua manutenção corretiva em caso de falha operacional.	Maior articulação entre as entidades envolvidas no monitoramento, ações de alerta e prevenção, em especial entre a SDS e a Epagri. Foi efetuado o repasse das estações de monitoramento hidrológico adquiridas pelo governo estadual/SDS para operação pela EPAGRI, bem como dos recursos. Repasse no valor de 1,74 milhões à EPAGRI em abril de 2016.	Ver relatório do Programa de impactos de eventos críticos (tendências futuras) financiado pelo Banco Mundial e executado por consultoria inglesa em 2016.	DRHI/SDS/EPAGRI

Planilha de Acompanhamento do 1º Ciclo do Progestão em Santa Catarina

ESTADO: SC TIPOLOGIA: B TIPOLOGIA: B 9 VARIÁVEIS ESTADUAIS OBRIGATÓRIAS ANO 5: 2018 TOTAL DE 31 VARIÁVEIS ESTADUAIS

METAS ESTADUAIS

METAS	Peso (%)	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Nível aprovado	Auto Avaliação 2014	Auto Avaliação 2015	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação 2017	Auto Avaliação 2018	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTIFICADOS	Videoconferência de 28/10/2017	Videoconferência de 13/12/2018	Responsáveis
		4.7	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	3	3	4	4	4	4	NÃO	O FEHIDRO foi instituído pela Lei 9.748/94 e é regulamentado por Decretos Estaduais.	A SDS tem reduzida gestão sobre a aplicação dos recursos do FEHIDRO. Não há coordenador do Fundo, que carece de uma melhor normatização e estruturação de prioridades, sendo necessário rever a prática adotada.	Com a criação das Entidades Executivas o repasse aos comitês e às demais entidades vinculadas ao sistema está sendo feito de forma normatizada. Fomentar programas indutores, a exemplo da iniciativa de CBHs em ações como Produtor de Água.	Presidente do CERH, GEPLA, DRHI
		4.8	Programas indutores	2	1	2	3	3	3	NÃO	Em relação ao ICMS Ecológico, o estado possui Projeto de Lei Complementar na Assembleia Legislativa, proposto em 2003, porém o PL não está em andamento. A iniciativa de proposição do PL foi da FATMA, com a participação do Comitê da Reserva Biosfera da Mata Atlântica e a colaboração da Associação de Proprietários da RPPN Catarinense.	SC dispõe da lei do PSA Hídrico, mas permanecem as discussões sobre sua implementação no estado. Existem os PSA no Chapecó/Timbó, rio Camboriu, São Bento do Sul (concessionárias), vinculada à Diretoria de Mudanças Climáticas/ SDS.	Transformar o projeto produtor de água (existente em algumas bacias do estado) em programa estadual. Existe lei de PSA em SC, a SDS está adotando o produtor como uma ação de PSA.	Governo e Assembleia Estadual

1 variável de gestão OPERACIONAL com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (4,1); 2 em 2017 e 2018

operacionais

LEGENDA:

<u>Arcabouço legal</u>	Atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação
Planos de bacia	Avaliação facultativa
Fiscalização	Avaliação obrigatória e atendimento facultativo
SIM	Desafio entre a situação atual e a meta aprovada

SANTA CATARINA	Período 2	Período 3	Período 4	Período 5
Metas Estaduais	2015	2016	2017	2018
META II.1 - Variáveis LIAS	4	5	5	6
META II.2 - Variáveis de Planejamento	2	2	3	3
META II.3 - Variáveis de Inf. e Suporte	2	2	3	3
META II.4 - Variáveis Operacionais	1	1	2	2

Relatório PROGESTÃO Anual.

Lista: SANTA CATARINA | Período: 2018.

Fonte: SGH/ANA. Data da Consulta: 12/12/2018 18:33.

Código	Nome	Tp	Ori	St.Est.	Marca	Sens	Tran	Uf	Dt.Inst.	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	MÉDIA
83500000	APIÚNA - RÉGUA NOVA	(F)	RN	Ativo	HO-5	NI-7; VA-S	GO	SC	set/95	97	100	100	100	100	100	100	99	100	100	100	100	95
2749000	APIÚNA - RÉGUA NOVA	(P)	RN	Ativo	HO-5	PR-1	GO	SC	set/95	100	100	100	100	100	100	100	98	100	100	100	100	95
83345000	BARRA DO PRATA	(F)	RN	Ativo	HO-5	NI-7,7; VA-N	GO	SC	nov/11	0	0	0	0	1	9	0	53	100	100	100	100	95
2649058	BARRA DO PRATA	(P)	RN	Ativo	HO-5	PR-1	GO	SC	nov/11	0	0	0	0	1	9	0	53	100	100	100	100	95
83030000	BARRAGEM OESTE	(F)	RN	Ativo	VA-2	NI-7; VA-N	GO	SC	fev/02	0	0	0	0	0	0	0	33	100	99	96	95	95
2750014	BARRAGEM OESTE	(P)	RN	Ativo	VA-2	PR-1	GO	SC	fev/02	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	95
83029900	BARRAGEM TAIÓ MONTANTE	(F)	RN	Ativo	HO-5	NI-7; VA-S	GO	SC	out/12	97	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	95
2750034	BARRAGEM TAIÓ MONTANTE	(P)	RN	Ativo	HO-5	PR-1	GO	SC	out/12	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	95
83800002	BLUMENAU (PCD)	(F)	RN	Ativo	HO-5	NI-7,7,7,3; VA-S	GO	SC	mai/96	0	0	0	0	0	0	0	46	100	100	100	100	94
2649007	BLUMENAU (PCD)	(P)	RN	Ativo	HO-5	PR-1	GO	SC	mai/96	100	100	99	99	99	99	99	92	100	100	100	100	95
84559800	BRACO DO NORTE-MONTANTE	(F)	RN	Ativo	VA-2	NI-7; VA-S	GO	SC	jan/01	98	100	100	96	99	100	100	100	100	100	100	100	95
2849030	BRACO DO NORTE-MONTANTE	(P)	RN	Ativo	VA-2	PR-1	GO	SC	jan/01	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	95
83900000	BRUSQUE (PCD)	(F)	RN	Ativo	HO-5	NI-4,5; VA-S	GO	SC	mai/96	0	0	90	95	96	95	95	97	96	97	96	91	91
2748000	BRUSQUE (PCD)	(P)	RN	Ativo	HO-5	PR-1	GO	SC	mai/96	0	0	90	85	94	96	97	97	50	97	96	93	93
83130000	CHAPADÃO DO LAGEADO	(F)	RN	Ativo	HO-5	NI-7; VA-N	GO	SC	ago/12	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	95
0	CHAPADÃO DO LAGEADO	(P)	RN	Ativo	HO-5	PR-1	GO	SC	ago/12	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	95
73690001	CORONEL PASSOS MAIA	(F)	RN	Ativo	VA-2	NI-7; VA-N	GO	SC	set/13	97	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	95
0	CORONEL PASSOS MAIA	(P)	RN	Ativo	VA-2	PR-1	GO	SC	set/13	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	95
71350001	ENCRUZILHADA II	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		SC	set/14	97	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	95
2750003	ENCRUZILHADA II	(P)	RN	Ativo		PR-1		SC	set/14	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	95
84949800	ERMO	(F)	RN	Ativo	VA-2	NI-7; VA-S	GO	SC	jan/12	93	96	96	36	77	90	100	100	100	100	100	100	95
2849044	ERMO	(P)	RN	Ativo	VA-2	PR-1	GO	SC	jan/12	100	100	100	100	100	100	99	100	100	100	100	100	95
84150100	ETA CASAN-MONTANTE	(F)	RN	Ativo	CO-9	NI-7; VA-S	CO	SC	abr/15	97	100	100	100	100	99	93	70	74	100	89	69	69
2748004	ETA CASAN-MONTANTE	(P)	RN	Ativo	CO-9	PR-1	CO	SC	abr/15	100	100	99	100	100	99	84	60	64	100	88	69	69
84853000	FOZ DO MANUEL ALVES	(F)	RN	Ativo	VA-2	NI-7; VA-S	GO	SC	jun/13	97	100	100	100	84	99	100	100	100	100	100	100	95
2849024	FOZ DO MANUEL ALVES	(P)	RN	Ativo	VA-2	PR-1	GO	SC	jun/13	100	100	100	100	84	99	100	99	100	100	100	100	95
83250000	ITUPORANGA	(F)	RN	Ativo	HO-5	NI-7,3; VA-S	GO	SC	mai/96	96	100	99	100	100	100	100	97	98	100	100	100	95
2749002	ITUPORANGA	(P)	RN	Ativo	HO-5	PR-1	GO	SC	mai/96	99	99	99	100	100	100	100	97	98	100	100	100	95
82350000	JARAGUÁ DO SUL	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		SC	ago/13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2649037	JARAGUÁ DO SUL	(P)	RN	Ativo		PR-1		SC	ago/13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
72849000	JOAÇABA I	(F)	RN	Ativo	VA-2	NI-7; VA-S	GO	SC	ago/12	97	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	95
2751004	JOAÇABA I	(P)	RN	Ativo	VA-2	PR-1	GO	SC	ago/12	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	95
83360000	JOSÉ BOITEUX	(F)	RN	Ativo	VA-2	NI-7; VA-N	GO	SC	ago/12	100	96	100	91	94	98	70	99	96	100	100	75	75
0	JOSÉ BOITEUX	(P)	RN	Ativo	VA-2	PR-1	GO	SC	ago/12	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	95
74295000	LINHA JATAI	(F)	RN	Ativo	VA-2	NI-7; VA-N	GO	SC	mai/13	0	4	59	100	100	100	100	100	100	97	100	65	65
0	LINHA JATAI	(P)	RN	Ativo	VA-2	PR-1	GO	SC	mai/13	0	4	59	100	100	100	100	100	100	97	100	65	65
83880000	LUIZ ALVES	(F)	RN	Ativo	VA-2	NI-7; VA-N	GO	SC	ago/13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2648002	LUIZ ALVES	(P)	RN	Ativo	VA-2	PR-1	GO	SC	ago/13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
83040000	MIRIM DOCE	(F)	RN	Ativo	HO-5	NI-7; VA-N	GO	SC	out/12	97	100	100	100	100	100	97	100	100	100	100	100	95
0	MIRIM DOCE	(P)	RN	Ativo	HO-5	PR-1	GO	SC	out/12	100	100	100	100	100	100	97	100	100	100	100	100	95
84249998	ORLEANS - MONTANTE	(F)	RN	Ativo	VA-2	NI-7; VA-S	GO	SC	fev/96	0	38	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2849001	ORLEANS - MONTANTE	(P)	RN	Ativo	VA-2	PR-1	GO	SC	fev/96	0	38	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
71498000	PASSO MAROMBAS	(F)	RN	Ativo	VA-2	NI-7; VA-S	GO	SC	mai/13	97	100	43	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2750009	PASSO MAROMBAS	(P)	RN	Ativo	VA-2	PR-1	GO	SC	mai/13	100	100	100	100	100	98	100	100	100	97	100	92	92
73820000	PASSO PIO X	(F)	RN	Ativo	VA-2	NI-7; VA-N	GO	SC	mai/13	97	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	95
0	PASSO PIO X	(P)	RN	Ativo	VA-2	PR-1	GO	SC	mai/13	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	95
84100000	POÇO FUNDO	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-S		SC	nov/13	97	100	100	100	100	100	100	99	100	100	100	100	95

Relatório PROGESTÃO Anual.

Lista: SANTA CATARINA | Período: 2018.

Fonte: SGH/ANA. Data da Consulta: 12/12/2018 18:33.

Código	Nome	Tp	Ori	St.Est.	Marca	Sens	Tran	Uf	Dt.Inst.	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	MÉDIA
2748005	POÇO FUNDO	(P)	RN	Ativo		PR-1		SC	nov/13	100	100	47	0	43	100	100	99	100	100	100	100	95
74320000	PONTE DO SARGENTO	(F)	RN	Ativo	VA-2	NI-7; VA-S	GO	SC	mai/13	97	100	38	0	0	0	0	0	0	0	6	95	
2653004	PONTE DO SARGENTO	(P)	RN	Ativo	VA-2	PR-1	GO	SC	mai/13	100	100	38	0	0	0	0	0	0	0	8	95	
83035000	PONTE MORATELLI	(F)	RN	Ativo	HO-5	NI-7; VA-N	GO	SC	jan/18	100	100	100	94	100	100	100	100	95	68	93	95	
2650036	PONTE MORATELLI	(P)	RN	Ativo	HO-5	PR-1	GO	SC	jan/18	100	100	100	94	100	100	100	100	95	67	93	95	
71300000	RIO BONITO	(F)	RN	Ativo	VA-2	NI-7; VA-N	GO	SC	jul/13	97	100	100	100	100	100	100	99	100	100	100	95	
2749009	RIO BONITO	(P)	RN	Ativo	VA-2	PR-1	GO	SC	jul/13	100	100	100	100	100	100	100	99	100	100	100	95	
72715000	RIO DAS ANTAS	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		SC	set/14	97	100	100	100	100	100	82	78	100	100	100	95	
0	RIO DAS ANTAS	(P)	RN	Ativo		PR-1		SC	set/14	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	95	
84580000	RIO DO POUSO	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		SC	out/14	0	80	100	99	85	50	79	23	100	96	98	95	
2849000	RIO DO POUSO	(P)	RN	Ativo		PR-1		SC	out/14	100	100	100	100	85	50	78	100	100	95	98	95	
83300200	RIO DO SUL - NOVO	(F)	RN	Ativo	HO-5	NI-7; VA-S	GO	SC	fev/97	100	100	99	99	100	99	100	94	100	100	100	93	
2749039	RIO DO SUL - NOVO	(P)	RN	Ativo	HO-5	PR-1	GO	SC	fev/97	100	99	99	99	100	8	100	93	81	100	100	94	
83892990	SALSEIRO	(F)	RN	Ativo	HO-5	NI-7; VA-S	GO	SC	mai/96	0	5	98	93	99	99	98	93	99	100	97	93	
2749046	SALSEIRO	(P)	RN	Ativo	HO-5	PR-1	GO	SC	mai/96	97	95	85	97	5	0	0	0	0	0	0	0	
83105000	SALTINHO	(F)	RN	Ativo	HO-5	NI-7; VA-S	GO	SC	ago/06	0	8	98	99	99	99	99	95	100	100	100	95	
2749037	SALTINHO	(P)	RN	Ativo	HO-5	PR-1	GO	SC	ago/06	35	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
84095500	SAO JOAO BATISTA	(F)	RN	Ativo	VA-2	NI-7; VA-S	GO	SC	abr/15	97	100	100	100	100	100	96	100	100	100	100	95	
0	SAO JOAO BATISTA	(P)	RN	Ativo	VA-2	PR-1	GO	SC	abr/15	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	95	
84598002	SÃO MARTINHO-JUSANTE	(F)	RN	Ativo	VA-2	NI-7; VA-S	GO	SC	dez/97	97	100	100	96	100	93	100	100	100	100	100	95	
2848009	SÃO MARTINHO-JUSANTE	(P)	RN	Ativo	VA-2	PR-1	GO	SC	dez/97	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	95	
82549000	SCHROEDER	(F)	RN	Ativo	VA-2	NI-7; VA-S	GO	SC	ago/13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
2649068	SCHROEDER	(P)	RN	Ativo	VA-2	PR-1	GO	SC	ago/13	0	0	1	0	0	0	0	0	13	0	12	14	
83050000	TAIÓ	(F)	RN	Ativo	HO-5	NI-7; VA-S	GO	SC	mai/96	95	99	99	98	100	98	100	92	98	99	100	95	
2749003	TAIÓ	(P)	RN	Ativo	HO-5	PR-1	GO	SC	mai/96	98	50	83	0	49	98	100	91	96	100	71	95	
72810000	TANGARÁ	(F)	RN	Ativo	VA-2	NI-7; VA-S	GO	SC	set/13	97	100	100	100	100	100	90	64	100	100	100	95	
0	TANGARÁ	(P)	RN	Ativo	VA-2	PR-1	GO	SC	set/13	100	100	100	100	100	100	90	64	100	100	100	95	
83677000	TIMBÓ NOVO	(F)	RN	Ativo	HO-5	NI-7; VA-S	GO	SC	mai/96	7	0	0	0	91	98	100	99	100	100	100	95	
2649004	TIMBÓ NOVO	(P)	RN	Ativo	HO-5	PR-1	GO	SC	mai/96	100	100	100	100	100	100	100	99	100	100	100	95	
84580500	TUBARÃO	(F)	RN	Ativo	VA-2	NI-7; VA-S	GO	SC	jul/13	0	22	76	0	0	17	100	100	100	83	0	17	
2849027	TUBARÃO	(P)	RN	Ativo	VA-2	PR-1	GO	SC	jul/13	42	99	100	100	100	100	100	100	100	91	98	95	
71200000	VILA CANOAS	(F)	RN	Ativo	VA-2	NI-7; VA-N	GO	SC	jul/13	91	100	72	100	100	100	100	99	100	98	100	70	
2749031	VILA CANOAS	(P)	RN	Ativo	VA-2	PR-1	GO	SC	jul/13	100	100	72	100	100	100	100	99	100	98	100	70	
MÉDIAS:										68	72	76	72	74	74	76	76	82	82	81	78	75,9

Origem:	AM - ana/inpe-sivam SO - setor elétrico SO - setor elétrico CE - cotaonline RN - rhn .
Marca:	VA - VAISALA (1: MAW-55; 2: MAW-55M; 3: 555) CA - CAMPBELL (6: CR-800; 7: CR-1000) HO - HIDROMEC/OTT (4: GP; 5: GO) RM - RMQA_GPRS (8: RMQA_GPRS) CO - COTAONLINE (9: COTAONLINE).
Sensor:	PR - Precipitacao: (1: Bâscula; 2: Não Especificado).
Sensor:	NI - Nível: (1: Encoder; 2: Pressão; 3: Display; 4: Ultrassônico; 5: Radar; 6: Res. 3; 7: Não Especificado).
Sensor:	VA - Vazão: (S: Sim; N: Não).
Transmissão:	SA - SCD/ARGOS GO - GOES GP - GPRS RM - RMQA.

Maior que 90%	Entre 80% e 90%	Menor que 80%	Estação não Instalada ou Desativada
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA – SGH AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA			